

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/341597392>

Castelo de Miranda do Douro – breve notícia de uma escavação arqueológica

Article · January 2020

CITATIONS

0

READS

205

6 authors, including:



Tiago Gil

University of Coimbra

6 PUBLICATIONS 4 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



PICMOR - Projecto de Investigação do Castelo de Monforte de Ribacôa [View project](#)

RESUMO

Apresentação dos resultados de intervenção arqueológica realizada em 2018-2019 no castelo de Miranda do Douro, no âmbito do projeto “Castelos a Norte”.

Incidindo sobre uma área superior a mil metros quadrados, a intervenção permitiu detetar parte do sistema defensivo de Miranda do Douro, operacional desde a Idade Média até à Idade Moderna.

PALAVRAS CHAVE: Arqueologia preventiva; Idade Média; Idade Moderna; Arquitetura militar.

ABSTRACT

Presentation of the results of the archaeological intervention carried out at the Miranda do Douro castle in 2018-2019, included in the Castles of the North project - “Castelos a Norte”.

The intervention covered over a thousand square metres and uncovered part of the defensive system of Miranda do Douro, which was in use from the Middle ages to the Modern age.

KEY WORDS: Preventive archaeology; Middle ages; Modern age; Military architecture.

RÉSUMÉ

Présentation des résultats d'une intervention archéologique réalisée en 2018 / 2019 dans le château de Miranda do Douro, dans le cadre du projet « Châteaux au Nord ».

Portant sur une aire supérieure à mille mètres carré, l'intervention a permis de détecter une partie du système défensif de Miranda do Douro, opérationnel du Moyen Âge à la Période moderne.

MOTS CLÉS: Archéologie préventive; Moyen Âge; Période moderne; Architecture militaire.

^I Arqueólogos da ERA Arqueologia, Conservação e Gestão do Património, S.A. (*rui@pinheiro14@sapo.pt*; *damaso.pedro@gmail.com*; *sergioamorim@gmail.com*; *carlos-jorge1991@hotmail.com*).

^{II} Arqueólogos independentes (*f_leal_3@hotmail.com*; *tiago-gil@sapo.pt*).

Por opção dos autores, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Castelo de Miranda do Douro

breve notícia de uma escavação arqueológica

Rui Pinheiro ^I, Pedro Dâmaso ^I, Francisco Leal ^{II},
Tiago Gil ^{II}, Sérgio Amorim ^I e Carlos Jorge ^I

INTRODUÇÃO

A área onde decorreram os trabalhos arqueológicos está localizada no Nordeste Transmontano, distrito de Bragança, concelho e freguesia de Miranda do Douro. Miranda faz fronteira com Espanha, região Castilha/Leão (Fig. 1). As coordenadas de um ponto central são: Lat. 41° 29' 48" N; Long. 6° 16' 23" W; Alt. 674 metros. A intervenção arqueológica foi realizada no âmbito do empreendimento de requalificação da muralha medieval-moderna do Castelo de Miranda do Douro, sendo estes trabalhos integrados no projeto “Castelos a Norte” (código NORTE-04-2114_FEDER-00054). A obra a realizar implicava a afetação de áreas que poderiam apresentar potencial arqueológico, já que se desenvolvia na área do Castelo de Miranda do Douro, classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público – Decreto n.º 40 361, *Diário do Governo*, I Série, n.º 228, de 20-10-1955; Portaria de 3-06-1957, publicada no *Diário do Governo*, II Série, n.º 185, de 9-08-1957 (com Zona *Non Aedificandi*). Os trabalhos foram adjudicados à empresa ERA, Arqueologia S.A. pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, e tiveram a direção científica de um dos signatários do artigo, Rui Pinheiro.

BREVE RESENHA HISTÓRICA

As origens de Miranda do Douro continuam a levantar algumas dúvidas, mas, segundo alguns investigadores e com base em alguns achados arqueológicos, há quem atribua as suas origens a um povoado da Idade do Ferro.

Seja como for, após a conquista deste território pelos Muçulmanos, estes ocupam-no por cerca de 200 anos, entre 715-716 e finais do século IX (BARROCA, 2008-2009), embora esta fosse uma zona marginal que permaneceu à margem do centro de decisão do Emirado de Córdoba.



FIG. 1 – Localização da área de intervenção em Miranda do Douro.

Foto: Google Earth.

Com Afonso III das Astúrias, irão acontecer as presúrias do Porto, em 868, por Vímara Peres, Chaves, em 872, pelo Conde Odório, e Coimbra, pelo Conde Hermenegildo, no ano de 872 (BARROCA, 2008-2009).

Na fase final do reinado de Afonso III, a conquista do Nordeste do atual território português tem avanços significativos com a presúria de Toro, em 900, Burgo de Osma, em 912, e Zamora, no ano de 893, fixando a fronteira no vale do Douro.

Não podemos dissociar a conquista do espaço ocupado atualmente por Miranda do Douro da presúria de Zamora, em 893. Será posterior às do Porto e de Chaves, nos anos de 868-872, e anterior à de Zamora (BARROCA, 2009).

Com a integração destes vastos territórios, irá surgir uma nova organização territorial assente na criação das *civitates*; grandes unidades territoriais dirigidas por um Conde ou Dux a partir de um “lugar central”, surgindo assim o castelo, estrutura eminentemente militar e grande novidade da Idade Média.

Posteriormente a esta organização territorial surge uma outra – Terras –, baseada na nobreza local e no castelo românico; assim, os castelos eram denominados por cabeças-de-terras.

Os primeiros reis adotaram esta organização territorial, fortalecendo assim o seu poder. Mas, com o passar do tempo, esta veio a revelar-se ineficaz e, a partir de D. Afonso III, houve uma política distinta, de que a face mais visível foi a fundação de novas vilas urbanas.

Este novo modelo organizativo não dispensava a construção de castelos. Assim, foi construído o castelo de Miranda do Douro, aproveitando um castelo / estrutura anterior.

Em 18 de Dezembro de 1286, D. Dinis outorga o foral que funda a nova vila de Miranda do Douro, consumando a transferência do poder do Castelo de Algosos, cabeça-de-terras até ao momento, para o novo castelo de Miranda, que já teria importância estratégica como ponto de defesa do reino e desta zona raiana em relação a Castela. Em 1297, o Tratado de Alcanices define quase em definitivo as nossas fronteiras terrestres e D. Dinis passa por Miranda do Douro e concede-lhe uma Carta de Privilégios.

D. Fernando, numa tentativa de povoar quer a região quer a vila, faz desta zona um Couto de Homiziados.

D. João I, mais tarde, reforça esta intenção e, em agradecimento pelo apoio à sua causa na crise de 1383-1385, manda fazer vários melhoramentos, incluindo uma potente torre adossada à muralha da Alcáçova, no castelo. Miranda é das poucas vilas transmontanas que apoiam a causa do Mestre de Avis.

No século XV, D. Afonso V manda construir a primeira casa de alfândega, ainda hoje existente, concedendo mais alguns privilégios à Vila de Miranda.

Em 1510, D. Manuel I outorga novo foral à vila e, em 1545, D. João III, pede ao Papa Paulo III a criação de uma nova diocese no Nordeste português, escolhendo Miranda do Douro para sua sede. O papa, pe-

la Bula Pontífice de 23 de Maio de 1545, cria a diocese de Miranda. Por Carta Régia de 10 de Julho do mesmo ano, o rei eleva Miranda a cidade, concedendo-lhe o privilégio de enviar procuradores à Corte. A construção da Catedral inicia-se neste reinado.

Entre 1545 e 1640, Miranda assiste a um grande progresso económico e cultural, tornando-se assim na “capital” de Trás-os-Montes e numa importante praça militar.

Em 1640, nas Guerras da Restauração, Miranda apoia D. João IV e, por iniciativa do conde de Mesquitela, várias obras renovam a fortaleza. Neste período, existe uma série de escaramuças com Espanha até 1668, altura da consolidação da independência.

Durante a Guerra de Sucessão de Espanha, no reinado de D. João V, Miranda é ocupada em 8 de Julho de 1710. Era governador da praça o general Luís Machado, secundado pelo sargento-mor Carlos Pimentel. Em 11 de Março de 1711, Miranda volta para mãos portuguesas. Em meados de século XVIII, com D. José I a recusar a aderir ao Pacto de Família, em 1762, Portugal vê-se envolvido na Guerra dos Sete Anos. Em consequência, a 8 de Maio desse ano, Miranda é cercada por um exército espanhol com cerca de 30 mil homens, comandado pelo Marquês de Sarriá. O bombardeamento provoca uma enorme explosão no paiol de pólvora, destruindo parte do castelo, muralhas e casario. Na explosão, morreu cerca de 1/3 da população de Miranda. Após esta situação, gerou-se um clima de pobreza e insegurança (MOURINHO, 1994).

A praça forte de Miranda é recuperada por tropas portuguesas, comandadas por Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe, conde de Lippe, no ano seguinte, vindo a ser assinado o tratado de paz no dia 10 de novembro de 1763.

Em 1765, D. Frei de Aleixo de Miranda Henriques pede a transferência da sede de bispado para Bragança. O papa Clemente XIV tenta conciliar a situação criando duas dioceses, uma em Miranda e outra em Bragança, pela bula de 10-07-1770. A solução durou pouco tempo, já que D. Miguel de Meneses, alegando a ruína e pobreza de Miranda, resignou ao cargo. Por meio de uma nova bula, em 27-10-1780, o papa Pio VI integra a diocese de Miranda na de Bragança. Este facto, juntamente com a destruição de Miranda provocada pela guerra do Mirandum, em 1762, irá levar à ruína e decadência da cidade de Miranda do Douro.

Em 1780, D. Maria I ainda envia a Miranda o sargento-mor de infantaria José Champalimaud de Naussane, para analisar os danos infligidos às estruturas militares e civis e propor um plano de recuperação e reconstrução. Porém, com as vicissitudes políticas do século XIX – invasões napoleónicas, fuga da corte para o Brasil, guerras civis, etc. –, a construção / reconstrução do novo quartel e estruturas defensivas nunca chegou a acontecer.

Assim, o castelo de Miranda entra num lento processo de abandono e de ruína, e irá chegar ao século XX com importantes destruições. Só em meados desse século, com a construção dos aproveitamentos hi-

droelétricos das barragens de Miranda e Picote, é que a cidade de Miranda ganha um novo dinamismo.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA:

PRINCIPAIS DADOS

Os trabalhos de escavação arqueológica começaram no dia 5 de novembro de 2018 e terminaram no dia 31 de março de 2019, perfazendo um total de 88 dias úteis de trabalho.

Foram intervencionados 1045 m². Numa primeira fase (primeira semana), os trabalhos consistiram na abertura de três sondagens numa zona na base da encosta Norte do Castelo, sector 1. Estas sondagens totalizaram 22m², tendo duas delas 9m² cada e a terceira 4m².

A segunda fase dos trabalhos, iniciada a 12 de Novembro de 2018, consistiu na abertura da sondagem 4, no sector 2, que terminou com 1023 m².

Após a conclusão dos trabalhos arqueológicos nos dois sectores, foi possível estabelecer a respetiva sequência estratigráfica.

No sector 1, registaram-se cinco níveis / fases de ocupação:

- O primeiro nível identificado é da Época Contemporânea, composto pelas terras escuras que correspondem à superfície do espaço;
- O segundo, também da Época Contemporânea, é composto por uma infraestrutura para condução de água – tubo de ferro com a respetiva vala;

- O terceiro diz respeito ao entulhamento / colmatação do local após o abandono da estrutura militar identificada como o hornaveque¹, que podemos balizar cronologicamente entre os séculos XIX e XX;

- O quarto corresponde a um nível de incêndio, identificado na sondagem 3, provavelmente fruto da guerra do Mirandum, em 1762. Podemos datá-lo, com alguma segurança, de finais do século XVIII;

- O quinto nível inclui a estrutura construída em terra / argamassa compactada posta a descoberto na sondagem 1, e o nível de circulação

posto a descoberto nas sondagens 2 e 3. Quer a estrutura quer os níveis de circulação foram interpretados como fazendo parte do hornaveque que existia no local, sendo a sua cronologia do século XVIII.

No sector 2, são nove as fases de ocupação / abandono:

- Fase 1, de Época Contemporânea, corresponde à implantação de um tubo de ferro para condução de água e respetiva vala;

- Fase 2, com terras escuras que foram agricultadas no século XX;

- Fase 3, também de Época Contemporânea, que corresponde à construção dos muros em pedra seca que permitiram delimitar o espaço ocupado pelas leiras existentes no local;

¹ Obra da arquitetura militar da Época Moderna que consiste numa construção externa a uma fortaleza abaluartada. É constituída por dois meios baluartes unidos por uma cortina. Geralmente, o hornaveque é construído diante de um revelim ou de um baluarte.

- Fase 4, uma série de aterros constituídos por vários sedimentos e derrubes, uns por ruína natural, outros fruto da Guerra do Mirandum, em 1762. Podemos datar esta fase de finais do século XVIII, século XIX;
- Fase 5, associada à construção de diversas estruturas para adaptar o castelo de Miranda do Douro ao uso de armas de fogo. Cronologicamente, podemos balizar este nível entre os séculos XVII-XVIII.
- Fase 6, representada pela estrutura em pedra seca, primeira tentativa de construção de uma bancada de tiro (?), e pelo sedimento sob a mesma. Podemos balizá-la entre os séculos XVI e XVII;
- Fase 7, construção, na segunda metade do século XV; da estrutura onde estão abertas as troneiras e construções coetâneas. A esta fase corresponde a reformulação verificada na muralha medieval;
- Fase 8, nível de ocupação que inclui a construção da barbacá, a zona interior desta, a liça ², a porta de acesso ao interior da liça, ao “vestíbulo”, e a reformulação verificada na área intramuros no extremo Oeste da sondagem 4. Podemos datar esta fase da primeira metade do século XV,
- Por fim, a Fase 9 corresponde à construção da cerca medieval e respetiva torre de menagem.

² Espaço compreendido entre a muralha medieval e a barbacá.

AS ESTRUTURAS MILITARES

As estruturas militares postas a descoberto nesta intervenção arqueológica foram, no sector 1, uma estrutura construída em terra / argamassa compactada identificada na sondagem 1 e o nível de circulação das sondagens 2 e 3. Quer a estrutura, quer os níveis de circulação, foram interpretados como fazendo parte do hornaveque que existia no local, sendo a sua cronologia do século XVIII (Fig. 2).

O sector 2 foi bastante mais profícuo em dados arqueológicos de natureza militar. Com a retirada dos níveis superficiais surgiu, no limite Sul da área da escavação, uma estrutura, unidade [410], interpretada como bancada de tiro. Já na planta realizada no dia 12 de Maio de 1762, por parte dos Espanhóis, esta zona aparece referenciada como uma bateria que defende o hornaveque. Esta estrutura / bancada de tiro tem uma orientação Este-Oeste, aproximadamente, e é constituída por alvenaria de pedra aparelhada, tendo como ligante uma argamassa de barro e cal.

O comprimento da bancada de tiro é de 50,4 m, a altura máxima conservada de 3,30 m e a largura de um metro. Tem uns pequenos orifícios espaçados de 3,25 m, sendo a dimensão destes de 20 x 20 cm. Serviriam para o disparo de armas de fogo. Esta estrutura deverá ter sido construída entre meados do século XVII e meados do século XVIII, notando-se que é uma construção cuidada, provavelmente feita num período de acalmia (Figs. 3 e 4). Sofreu uma reformulação na zona Oeste, unidade [471], onde se nota um rearranjo que não é tão cuidado como a construção da própria bancada de tiro. Terá sido este feito já num período de guerra ou de instabilidade?



FIGS. 2 A 4 – Em cima, vista sobre o nível de empedrado. Plano final.

Ao centro, bancada de tiro. Perspetiva de Nordeste.

Em baixo, pormenor do alçado e dos orifícios para disparo de armas de fogo.

Com a escavação da UE [416], terra de coloração castanha clara, compacta, último sedimento a encostar à bancada de tiro, pôs-se à mostra uma outra estrutura, unidade [430], construída por alvenaria de pedra aparelhada de pequena e média dimensão. É constituída por aparelho insosso, não tem nenhum tipo de argamassa como ligante, e é paralela à muralha medieval. Tem 38,2 m de comprimento, 1,3 m de largura, e 1,1 m de altura máxima conservada. O embasamento é feito por uma pequena camada de argamassa de cal e saibro. A funcionalidade desta estrutura não nos foi possível aferir, nem esta se encontra referenciada em nenhuma planta por nós consultada; muito provavelmente, terá sido uma adaptação ao uso da piobalística nesta zona do Castelo de Miranda do Douro. Uma primeira bancada de tiro?

Entre estas duas estruturas, unidades [410] e [430], temos umas pedras fincadas [427] que foram primeiramente interpretadas como mero derrube. Após o começo do desmonte do “derrube”, foi possível perceber que estas pedras fincadas / imbricadas fazem parte do próprio sistema defensivo da bancada de tiro. Serviam para evitar os ataques da infantaria inimiga e o escalamento da bancada de tiro. A concentração destas pedras tornava praticamente impossível a circulação de pessoas ou o uso de escadas para o escalamento da própria bancada (Figs. 5 e 6).

Após a retirada da unidade [415], definiu-se topo da UE [425], sedimento de coloração castanha, heterogénea. Este sedimento está sob o muro de pedra seca, unidade [430], e cobre quer o substrato geológico [434], quer a vala de fundação da muralha medieval, quer, ainda, o enchimento de dois buracos de poste.

A UE [425] apoia-se em duas estruturas identificadas com as unidades [443] e [444]. A unidade [443] é o arranque de um muro que corta a muralha de cronologia medieval. Esta é constituída por alvenaria de silhares aparelhados, com marca de canteiro e argamassados com um ligante de cal e de coloração esbranquiçada. Associado a esta estrutura temos um lajeado / empedrado construído por lajetas de pequena e média dimensão. Quer este lajeado, quer a estrutura, provavelmente, serão obra de D. João I, quando este promove melhoramentos na praça forte de Miranda do Douro, pelo apoio que esta praça deu ao mestre aquando da crise de 1383-1385 (Fig. 7).

Do enchimento, UE [431], da vala de fundação da muralha [413], para além da amostra de sedimento, recolheram-se alguns fragmentos de cerâmica comum de cronologia medieval. O interface vertical de abertura da vala, UE [432], tem um perfil em “U”, sendo paralelo à própria muralha.



FIGS. 5 A 7 – Em cima, vista sobre o muro de pedra seca, UE 430, e sobre a unidade 427, pedras fincadas.

Ao centro, vista superior sobre as pedras fincadas, UE 427.

Em baixo, vista sobre reformulações da primeira metade do século XV, unidades 443 e 444.

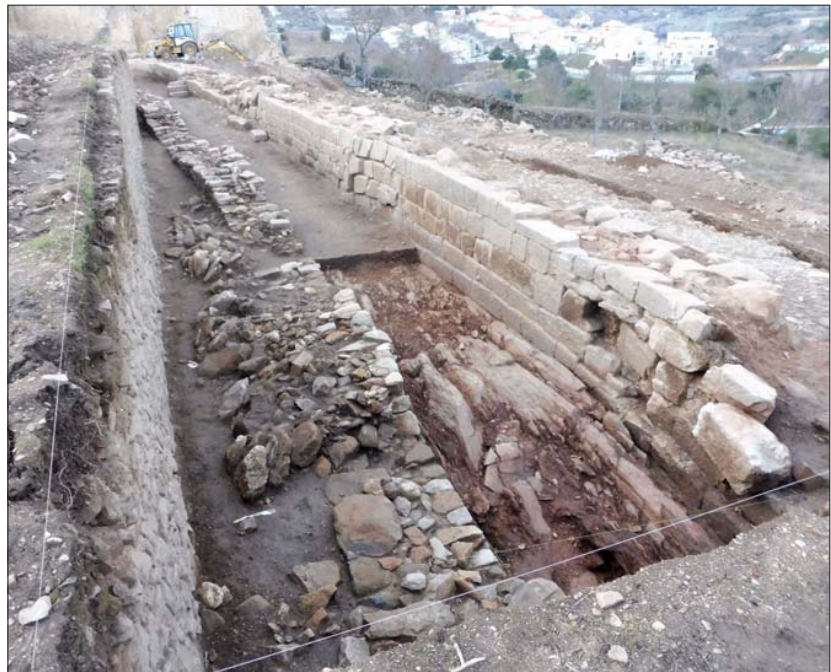
Próximo da vala de fundação da muralha, definiu-se o topo do enchimento de dois buracos de poste, unidade [433]. Estes dois interfaces verticais de boca ovalada, unidades [435] e [436], têm cerca de 1,10 m de diâmetro e uma profundidade que varia entre os 18 e os 30 cm. Estes buracos de poste, pela sua dimensão e localização, muito provavelmente, fizeram parte de um sistema de elevação para a construção da muralha. Com a deteção destas realidades no canto Este da sondagem, em reunião de obra, optou-se por escavar parcialmente 10 m a contar do corte Este a unidade [425], deixando-se o resto da área como reserva científica.

A muralha de cronologia medieval tem 65,5 m de comprimento, 2,9 m de largura. A altura máxima conservada no alçado interno é de 1,85 m; no alçado externo atinge cerca de 1,75 m. O aparelho da muralha é pseudo-isómodo, embora se registre um aparelho em “cotovelo” quer no paramento interno, quer no paramento externo. Neste último, também temos alvenaria com “rolhas”. O interior da muralha é preenchido com pedra aparelhada de tamanho variável e com argila misturada com terra, tendo esta mistura uma coloração avermelhada. No alçado interno existem vestígios de três degraus da escada que dava acesso ao adarve (Figs. 8 a 12).

A existência destes dois tipos de aparelho, “cotovelos” e “rolhas”, indicam-nos que, pelo menos em alguns trechos, a construção da muralha poderá ser anterior à fundação dionisina. Segundo BARROCA (2009), esta melhoria / evolução do aparelho de construção, afastando-se cada vez mais do aparelho pré-românico, evitando a utilização de cotovelos muito pronunciados e com uma maior regularização, pode-se designar por aparelho Proto-Românico. Nesta fase, também vamos assistir a uma maior complexificação da arquitetura do próprio castelo, começando este a adotar torreões para flanqueamento dos seus próprios muros. Os castelos de iniciativa local, isto é, de iniciativa por parte das populações, tendem a desaparecer. Esta mudança, segundo BARROCA (2009), acontece em meados do século XI, prolongando-se até ao século XII. Assim, com os vestígios arqueológicos que temos, poderemos datar, pelo menos em alguns trechos, a fundação da muralha em finais do século XI - inícios do XII.

Do lado exterior à muralha, zona extramuros, após a remoção da UE [408], pusemos à mostra o sedimento [412], que cobria os derribes localizados nessa mesma zona. Estes, unidades [422], [423] e [424], correspondem a momentos e ações diferentes.

O derrube identificado como unidade [422] parece-nos fruto da ruína / abandono da própria estrutura defensiva / muralha, já que as pedras que o compõem têm uma pendente natural. A unidade [423],



FIGS. 8 E 9 – Em cima, zona intramuros. Vista de Sudoeste. Alçado Sul da muralha.

Em baixo, muralha medieval. Vista Oeste-Este.

pela disposição das pedras, dá-nos a sensação que é fruto do saque / retirada de pedras do local para a construção de edifícios em outras partes da cidade de Miranda do Douro. A unidade identificada pela UE [424], derrube constituído por alvenaria de silhares aparelhados, ainda tinha *in situ* as aduelas que compunham o arco da porta que



FIGS. 10 A 12 – Em cima, à esquerda, escadas de acesso ao adarve.

Em cima, à direita, aparelho “pré-românico” ou “proto-românico”.

À direita, alçado externo com aparelho tipo “rolhas”.



dava acesso à liça, área situada entre a muralha e a barbacá. Este derrube era envolto num sedimento de coloração esbranquiçada com vestígios de cal e argamassas e, muito provavelmente, será fruto da destruição causada pelo exército Espanhol na Guerra do Miradum, em 1762. Dos derrubes identificados com as unidades [422] e [423], recolheram-se vários silhares siglados e com aparelho pré-românico. Posteriormente, fez-se o levantamento dessas mesmas siglas (Figs. 13 e 14).

FIG. 13 – Em baixo, vista área sobre os derrubes identificados com as unidades 422, 423 e 424.





FIG. 14 – Silhares siglados e com aparelho proto-românico recolhidos nos derrubes identificados com as unidades 422 e 423.

FIGS. 15 E 16 – Em cima, empedrado localizado no interior da liça, UE 442. Vista de Noroeste.

Em baixo, perspectiva sobre o muro da barbacá tirada de Este.

Sob os derrubes identificados com as unidades [422] e [423], situados na zona da liça, escavou-se um sedimento de coloração acinzentada, de matriz arenosa, heterogénea, ao qual foi atribuída a UE [426]. Esta cobria quer o empedrado [442] que compõe a liça, quer a estrutura identificada como a barbacá [456]. O empedrado, constituído por pedra aparelhada e seixos, tem marcas de rodado, notando-se estas, principalmente, junto à porta de acesso ao interior da liça; no seu percurso, há marcas de rearranjos (Fig. 15).

A barbacá foi construída parcialmente sobre uma outra possível estrutura mais antiga, UE [472], embora não nos tenha sido possível ver a sua morfologia, nem perceber funcionalidade e cronologia. O derrube identificado pela unidade [424] cobre um sedimento [457] também de coloração esbranquiçada, de matriz arenosa, fazendo este sedimento, no fundo, parte do mesmo momento de destruição provocado pelo episódio da Guerra do Mirandum, em 1762 (Fig. 16).

Destas unidades [424] e [457] recolheram-se vários fragmentos de cornija e alguns de um balcão. Estas unidades cobrem quer a porta de acesso à liça, quer a continuação do caminho / empedrado para o exterior desta, que enche um “vestíbulo” situado no exterior da liça e daria acesso a esta.

Da porta [464] está conservada a ombreira Norte, a soleira sobrelevada para controlo dos veículos, o corte no substrato geológico para construção da ombreira Sul, e os dois “gonzos” em ferro das portas de madeira. Estas teriam cerca de 1,4 m



de largura cada uma. Conservam-se também os dois muros, Sul e Norte, que compõem a parede onde a porta estaria inserida. São construídos por alvenaria de silhares aparelhados, sendo o seu interior cheio por pedra aparelhada argamassada com um ligante de cal. O comprimento máximo desta estrutura é de 8,9 m, a largura máxima conservada de 1,35 m, e a altura máxima de 1,07 m. O muro situado a Norte da porta está mais bem conservado do que o localizado a Sul. A distância entre gonzos é de 2,8 m (Figs. 17 e 18).

O caminho exterior à estrutura anteriormente descrita é a continuação do empedrado localizado no interior da liça, sendo este parcialmente talhado no substrato geológico e constituído por pedra aparelhada e seixos [465]. Nesta zona, devido à forte inclinação / pendente do terreno, as marcas de rodado são bastante profundas / vindadas. O caminho é ladeado por um corte no substrato geológico, UE [466], formando um pequeno “vestíbulo” no exterior da porta de acesso ao interior da liça (Fig. 19).

Entre este “vestíbulo” e a muralha existe um pequeno rebaixamento no substrato geológico, UE [473], que nos parece de origem antrópica e serviria para melhorar a defesa da própria muralha.

A Oeste do “vestíbulo” e do caminho anteriormente descrito exumaram-se quatro estruturas que fazem parte do sistema defensivo de Miranda do Douro. Três destas poderão ser datadas do fim da Idade Média / Idade Moderna, e uma quarta será, provavelmente, de cronologia medieval.

As estruturas identificadas com as unidades [460] e [462] formam uma pequena porta / passagem.



FIGS. 17 A 19 – Em cima, pormenor da porta de acesso à liça.

Ao centro, perspetiva interior sobre a mesma porta.

Em baixo, vista sobre o “vestíbulo”, rebaixamento no geológico e empedrado, unidades 466, 473 e 465.

O muro / estrutura unidade [460], com uma orientação Sul-Norte, aproximadamente, é construído por alvenaria de silhares aparelhados, tendo como ligante uma argamassa de cal e saibro. O interior / miolo da estrutura é formado por pedra aparelhada. Tem como comprimento máximo 1,4 m, 1,25 m de largura e 50 cm de altura máxima conservada. Trata-se do cunhal da estrutura onde estão abertas as troneiras localizadas a Noroeste da sondagem.

A estrutura identificada com a unidade estratigráfica [462], provavelmente coetânea da anteriormente descrita, tem uma orientação Sul-Norte, aproximadamente, e é constituída por alvenaria de silhares aparelhados, sendo o seu interior preenchido com pedra aparelhada e ligada por uma argamassa de cal, notando-se ainda o seu embasamento. Esta estrutura corta quer a muralha de cronologia medieval, quer a reformulação da primeira metade do século XV, obra de D. João I (Fig. 20).

Associados a estas duas estruturas, temos um nível de circulação argamassado com cal, [470], e um pequeno derrube constituído por pedras aparelhadas e argamassas de cal, [461]. Este derrube cobria a unidade [453], um sedimento de coloração castanha avermelhada de matriz areno-argilosa.

Estas duas estruturas, [460] [462], e a porta formada por elas poderão datar da segunda metade do século XV, num contexto de adaptação do castelo de Miranda do Douro às novas artes de fazer a guerra.

Com a construção das duas últimas estruturas, a própria muralha medieval sofreu uma reformulação, UE [469].

Posteriormente, na Idade Moderna, a esta reformulação é adossada uma outra estrutura, UE [451], constituída por alvenaria de pedra aparelhada ligada por uma argamassa de cal e saibro. Tem 6,8 m de comprimento, 1,35 m de largura máxima e 40 cm de altura conservada. Este muro / estrutura não está representada em nenhuma planta por nós consultada, mas com certeza faria parte da fortaleza / castelo de Miranda do Douro na Idade Moderna. A cobrir estas estruturas / unidades [460], [462], [451], [453] e [447], tínhamos um sedimento de coloração esbranquiçada, com pedras de pequeno calibre, [438] (Fig. 21).

A unidade [447], sedimento de coloração castanha e castanha esbranquiçada de matriz arenosa, enche um interface vertical, [448], de fun-



FIGS. 20 E 21 – Em cima, UE 462. Perspetiva Sul-Norte. Segunda metade do século XV.

Em baixo, reformulação da muralha da segunda metade do século XV e estrutura adossada a esta mesma reformulação, UE 451.

ção desconhecida. Este interface corta quer o sedimento identificado com a UE [453], quer a estrutura / embasamento que identificámos como unidade 458. O espólio recolhido deste enchimento resume-se a fragmentos de telha “marselha” (Fig. 21).

A estrutura / embasamento identificada com a UE [458], embora não lhe possamos atribuir com segurança uma cronologia e funcionalidade, está no extremo Oeste da sondagem, prologando-se para lá desta. Sabemos apenas que é anterior à reformulação feita na muralha [469] na segunda metade do século XV. Conjugando este dado com as

plantas existentes, podemos lançar a hipótese de que esta estrutura / embasamento tenha feito parte da Torre de Menagem (Figs. 22 a 29).

CONCLUSÕES

Os resultados da intervenção arqueológica efetuada no Castelo de Miranda do Douro proporcionaram a recolha de um importante conjunto de informações relativas à estratigrafia e às estruturas presentes no local, de grande valor histórico, arqueológico e museológico para a cidade.

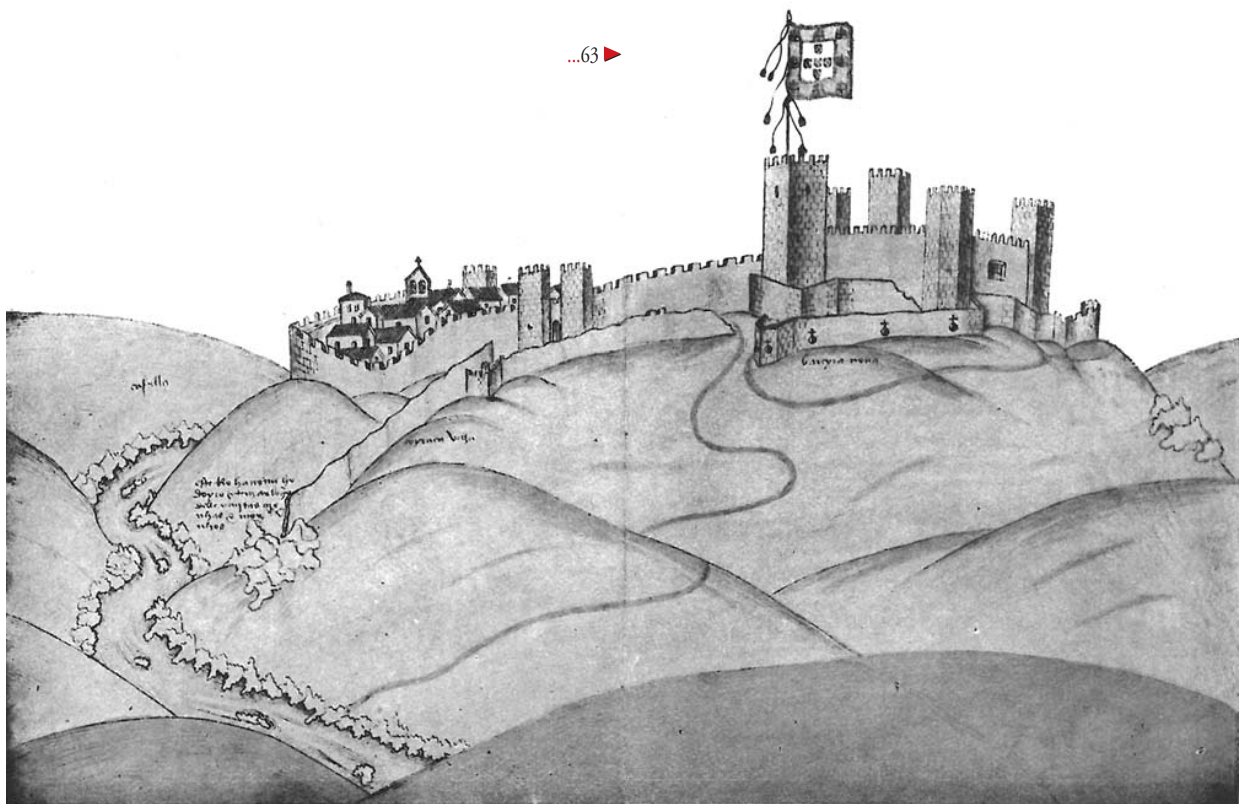
O principal dado arqueológico foi a identificação e escavação de um troço da muralha medieval, com cerca de 65,5 m de comprimento por 2,9 m de largura e 1,85 m de altura conservada. Associado a este troço de muralha, temos a evolução / adaptação do castelo medieval às novas formas de fazer a arte da guerra.

Da primeira metade do século XV, temos a construção da barbacã e a reformulação de todo espaço envolvente desta, promovida por D. João I. Da segunda metade do mesmo século, temos a construção da estrutura onde estão abertas as troneiras e estruturas anexas.



FIGS. 22 E 23 – Em cima, embasamento da Torre de Menagem?

Em baixo, vista de Este e Norte sobre Miranda do Douro executada por Duarte de Armas em 1509, prancha 83. Vêem-se as portas de S. António, a respetiva barbacã, a parede onde estão abertas as troneiras, e o castelo com as suas torres e a couraça que permitia o acesso ao rio.



MIRANDA DO DOURO — Vista tirada da banda do leste

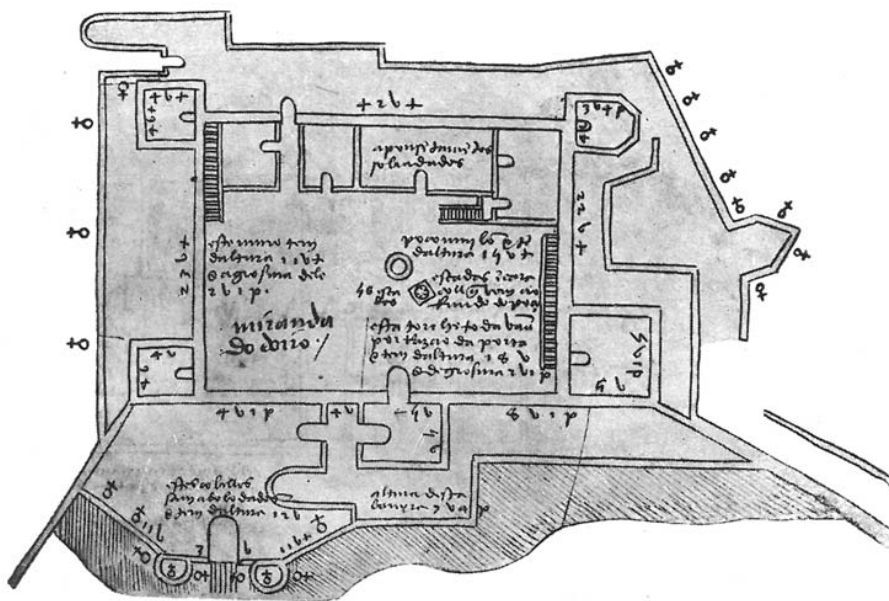


FIG. 24 – Planta do castelo de Miranda do Douro desenhada por Duarte de Armas, em 1509.

MIRANDA DO DOURO — Planta da Fortaleza



FIGS. 25 A 27 – Em cima, à esquerda, perspectiva sobre a área intramuros. Vista Sudoeste-Nordeste.

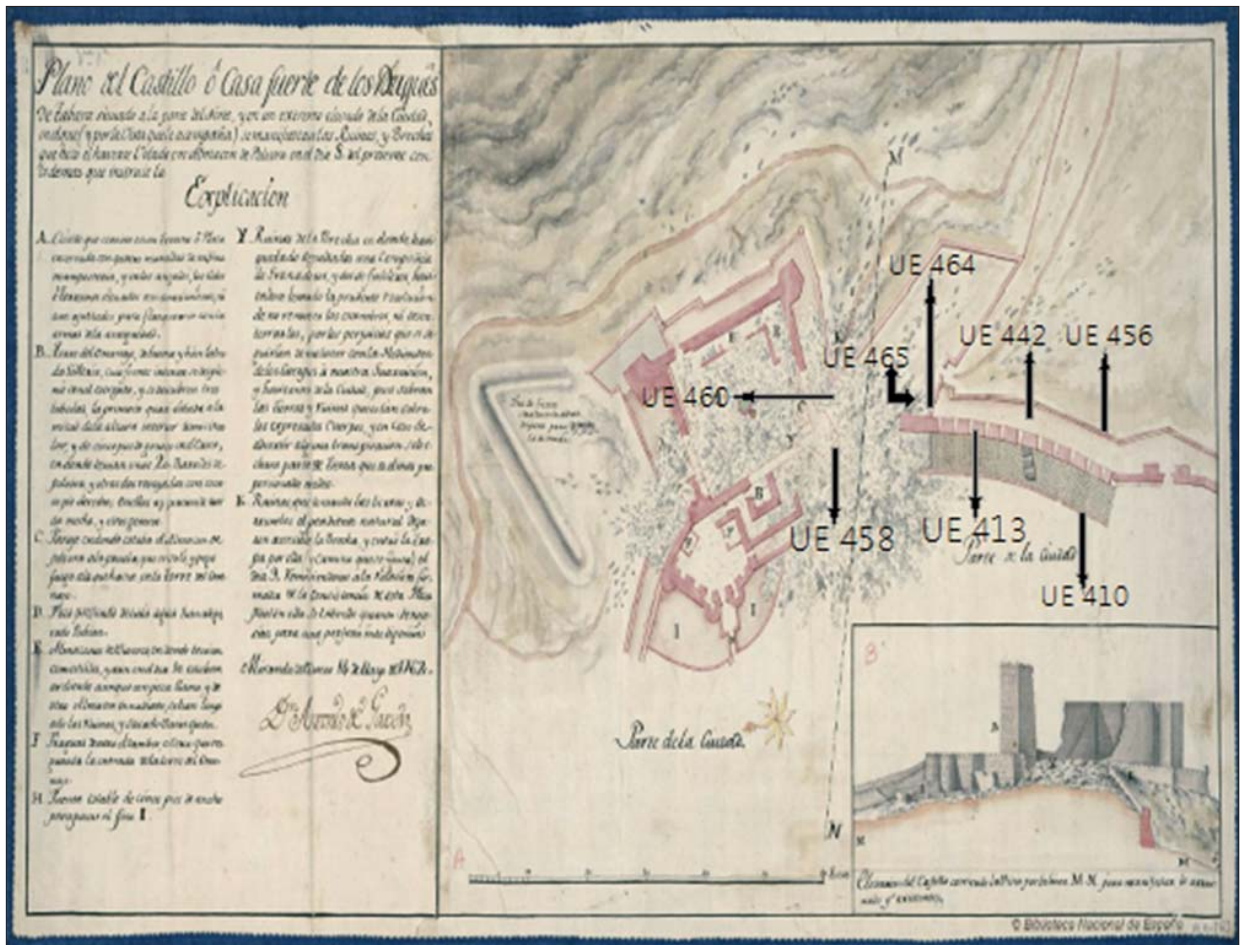
Em cima, à direita, zona extramuros. Perspetiva Noroeste-Sudeste.

À esquerda, vista aérea sobre a área escavada no dia 4 de março de 2019.



FIGS. 28 E 29 – À direita, liça, muralha, bancada de tiro e alcáçova. Vista de Noroeste.

Em baixo, plano do castelo executado pelos Espanhóis no dia 14 de maio de 1762, sobre o qual se identificam as estruturas postas a descobertas na intervenção arqueológica.



◀ 60... Do século XVI ao século XVIII, temos a construção / edificação de várias estruturas para adaptação do castelo de Miranda a uma fortaleza da Idade Moderna. Por fim, temos uma série de derrubes pós-Guerra de Mirandum, em 1762, e vários aterros / nivelamentos que testemunham a ruína e o abandono de Miranda como grande praça-forte do Nordeste transmontano. Com a obtenção e apresentação destes dados, esperamos poder ter contribuído, por pequeno que seja esse contributo, para a História de Miranda de Douro e da Arqueologia / Arquitetura militar do período medieval-moderno português. 🐉

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALMEIDA, Fortunato de (1968) – *História da Igreja em Portugal*. Porto. Vol. 4, p. 230.

ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria João e CAVACO, Sandra (2001) – *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

ALVES, Francisco Manuel (2000) – *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museu, Museu do Abade Baçal.

ARGUELLO MENENDÉZ, José Jorge (2008) – “Conjunto Cerâmico da Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 4, de Miranda do Douro”. In *Fórum de Valorização e Promoção do Património. Actas das sessões*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 1, pp. 46-49.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – “Castelo de Miranda do Douro”. In *Do Douro Internacional ao Cão. As raízes de uma fronteira*. Porto [CD-ROM].

BARROCA, Mário Jorge (2003) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

BARROCA, Mário Jorge (2008-2009) – “De Miranda do Douro ao Sabugal. Arquitetura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira”. *Portugália*. Nova Série. 29-30: 193-252.

CALADO, Rafael Salinas e LIMA, M. Graça (2005) – *Faiança Portuguesa, Roteiro*. Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa: Instituto Português de Museus.

COSTA, António Carvalho da (1706-1712) – *Corografia Portuguesa e descrição topográfica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa.

FERNANDES, Hirondino da Paixão (1996) – *Bibliografia do Distrito de Bragança, Série Documentos (textos) Publicados, 569-1950*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, Câmara Municipal de Bragança, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança.

FERREIRA, Cisnado Pires (2006) – *A Sé Catedral de Miranda do Douro*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Letras de Coimbra.

GOMES, Alberto (2007) – *Moedas Portuguesas e do Território que Hoje é Portugal*. 5.ª edição. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.

GOMES, Paulo J. A. Dórdio (1993a) – *A Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GOMES, Paulo J. A. Dórdio (1993b) – “O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho”. *Arqueologia Medieval*. Porto. 2: 171-190.

GOMES, Rita Costa (2003) – *Castelos da Raia*. Lisboa. Vol. II – “Trás-os-Montes”.

IMPEY, Olivier R. (1992) – *Cerâmica do Extremo Oriente*. Porto: Casa Museu Guerra Junqueiro, Câmara Municipal do Porto.

JACOB, João Manuel N. (2000) – “Miranda do Douro, uma visão diacrónica”. In MEIRINHOS, José Francisco (coord.). *Estudos Mirandeses: balanço e orientações*. Porto: Granito, Editores e Livreiros, Lda, pp. 237-240.

LEMOS, Francisco Sande (1993) – *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.

LIMA, António Manuel de Carvalho (2013) – “Fortificações e Vias de Comunicação no Curso Terminal do Douro (Séculos IX-XI)”. In *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*. Lisboa: Edições Colibri e Campo Arqueológico de Mértola. Vol. I, pp. 183-198.

MENDES, José M. Amado (1985) – *Trás-os-Montes nos Finais do Século XVIII (alguns aspectos económico-sociais)*. 2.ª Edição. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Coimbra: Edições Colibri.

MONTEIRO, João Gouveia e PONTES, Maria Leonor (2002) – *Guias Temáticos. Castelos Portugueses*. Lisboa: IPPAR.

MOURINHO, António Maria (1994) – *Guerra dos Sete Anos ou Guerra do Mirandum*. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

MOURINHO, António Rodrigues (1995) – *Arquitetura Religiosa da Diocese de Miranda do Douro*. Bragança: edição do autor.

NOÉ, Paula (2014) – *Guia de Inventário. Fortificações Medievais e Modernas*. Sacavém: IHRU, IP.

NUNES, António Pires (coord.) (2013) – *Castelos Templários Raianos. Castelos de Portugal*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (atas de Jornadas Templárias de Penha Garcia).

OLIVEIRA, A. Lopes de (1971) – *Miranda na Geografia, História e Tradição*. Viana do Castelo.

OLIVEIRA, Ana Maria (2015) – *Castelo de Outeiro: um marco na fronteira transmontana*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PALMEIRÃO, Cristina (1994) – *Os Forais de Miranda: 1286-1510*. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

PIZARRO, José (2005) – *D. Dimis*. Lisboa: Círculo de Leitores.

RODRIGUES, Miguel (1988) – *Relatório da Escavação Arqueológica do Castelo de Miranda do Douro*. Porto.

VAZ, Ernesto (2008) – *A Morfologia da Cidade. A evolução urbana de Miranda do Douro no espaço e no tempo*. Miranda do Douro: Centro de Estudos António Maria Mourinho.

VERDELHO, Pedro (1988) – *Roteiro dos Castelos de Trás-os-Montes*. Chaves.

VITERBO, Francisco M. de Sousa (1988) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

FONTES

ARMAS, Duarte de (2006) – *Livro das Fortalezas*. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 3.ª edição. Lisboa: Edições INAPA.

BARROS, João de (1919) – *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Biblioteca Pública Municipal.